

arquivo & administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V.4, N.2, JUL./DEZ. 2005


Fas. 46907 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.4 n.2
1/4 2005

O QUE É A AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico dos arquivistas brasileiros, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, cultural, entidade de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Cooperar com o Governo e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos a empresas públicas.

SERVIÇOS QUE A AAB OFERECE

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

QUADRO ASSOCIATIVO

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, além das pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação.

As empresas públicas e privadas podem se filiar à AAB na qualidade de pessoa jurídica, como sócios contribuintes.



Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB

aab@aab.org.br

Avenida Presidente Vargas, 1733 sala 903 – CEP: 20210-030 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239/ 3852-2541

arquivo & administração

v. 4, n. 2

jul./dez. 2005

SUMÁRIO

EDITORIAL 3 Paulino Lemes de Sousa Cardoso

ARTIGOS 5 Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica
Armando B. Malheiros da Silva

33 A Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original
João Vieira

46 Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas
José Maria Jardim

54 Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB
Wilson Santiago da Silva

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação e revisão: Paulino Lemes de Souza Cardoso

Catalogação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 4690

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Menbros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

2º Tesoureiro: Carolina da Conceição Braga Machado

1º Secretário: Laura Regina Xavier

2º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Maria Odila Fonseca

Paulo Elian

Sérgio Conde de Albite Silva

EDITORIAL

A revista *Arquivo & Administração*, publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, cumpre, com esta edição, a meta estabelecida pela atual direção que é a de publicar dois números da revista por ano, um a cada semestre.

Neste número, contamos mais uma vez com a colaboração de eminentes figuras da Arquivologia, no Brasil e Portugal. Começamos com Armando B. Malheiro da Silva, que dispensa apresentação. Português de nascimento e brasileiro por merecimento, brinda-nos com mais um texto de sua já vastíssima obra voltada para a Ciência da Informação. “Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica”, terceiro de uma série iniciada com *Conhecimento/Informação: sinônimia e/ou diferenciação* cumpre o seu propósito que é o de “elaborar uma trilogia” de tópicos “fundamentais no âmbito de uma epistemologia simultaneamente crítica e consolidadora da Ciência da Informação”.

Português também é o professor João Vieira, Arquivista-Chefe da Divisão de Arquivos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Portugal. É dele o texto que aqui foi apresentado em outubro passado, no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, em Campos do Jordão, SP: “A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original”. Com a mesma verve que o professor Malheiro nos convida a buscar na Diplomática apoio e contribuição, o Prof. João Vieira traz à discussão a busca de um repensar a Arquivística nas suas origens. Procura, assim, em suas palavras, “apresentar uma visão crítica sobre a forma como o conceito de ordem original e outros com ele relacionados têm sido formulados e postos em prática pela comunidade arquivística em geral”.

Como não poderia ser diferente, temos a honra de contar com a colaboração sempre frequente do Mestre da Arquivologia brasileira, professor e doutor em Ciência da Informação, José Maria Jardim, nosso assíduo colaborador e conselheiro. “Os arquivos nos projetos do Mercosul: estado da questão e perspectivas” aborda as ações que devem promover a integração cultural e informacional no âmbito do Mercosul.

Finalmente, “Arquivo de direito, coleção de fato: o caso IHGB”, de Wilson Santiago da Silva, traz ao nosso conhecimento as transformações operadas, ao longo do tempo, nos métodos e propósitos das coleções documentais organizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Boa leitura.

Paulino Lemes de S. Cardoso

OS ARQUIVOS NOS PROJETOS DO MERCOSUL: ESTADO DA QUESTÃO E PERSPECTIVAS¹

José Maria Jardim

Doutor em Ciência da Informação - Universidade Federal Fluminense
Departamento de Ciência da Informação - josemariajardim@yahoo.com.br

RESUMO

O Mercosul tem como seu objetivo principal a integração regional de processos econômicos, mas contempla também aspectos culturais e informacionais. É o caso das propostas de Integração Cultural e de Sociedade da Informação no Mercosul. Os arquivos encontram-se fora do projeto do Mercosul. São mencionados, de forma periférica, nas concepções cultural e informacional. Considerando o estado da questão, são discutidas possíveis ações para a construção de um projeto arquivístico no âmbito do Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE - Políticas arquivísticas, Mercosul, Arquivos Públicos, Arquivistas.

ABSTRACT

The Mercosul has as its main objective the regional integration of economic processes, but it also contemplates cultural and informational aspects. It is the case of the proposals of Cultural Integration and Information Society. However, archives are outside of the project of the Mercosul. They are mentioned, of peripheral form, in the cultural and informational conceptions. Considering the state of the question, possible actions for the construction of an archival project in the scope of the Mercosul are argued.

KEY WORDS - Archival policies, Mercosul, Public Archives, Archivists

O Mercosul como espaço de integração

Constituído em 26 de março de 1991, através do Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, o Mercosul - formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai² - tem diversos antecedentes a partir dos anos 80³, voltados para a criação de um espaço econômico comum, via a liberalização comercial, eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços e a harmonização de políticas macroeconômicas.

¹ Parte desse artigo foi objeto de comunicação no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos de Jordão, São Paulo, de 17 a 20 de outubro de 2005.

² Os países associados ao Mercosul são Bolívia e Chile e mais recentemente Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

A aceleração dos processos de integração regional, a abertura de mercados e o estímulo à complementaridade entre as economias nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, visando a obter uma inserção mais competitiva na economia internacional, constituem os elementos norteadores do Mercosul. Diversos mecanismos de implementação do Mercosul têm sido desenvolvidos a partir do Conselho do Mercado Comum, composto por Chanceleres e Ministros da Economia dos quatro países. Com as Decisões adotadas em Buenos Aires, em agosto de 1994, e em Ouro Preto, em dezembro do mesmo ano, completou-se, em sua essência, o quadro normativo que passou a regular, a partir de 1º de janeiro de 1995, o funcionamento do Mercosul. O Conselho do Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum definiram, ainda, por ocasião das reuniões de Assunção, em agosto de 1995, a nova estrutura organizacional de natureza técnica do Mercosul. Foram criados ou mantidos órgãos fundamentais como : Reuniões de Ministros⁴, Subgrupos de Trabalho⁵, Reuniões Especializadas⁶ e Grupos Ad Hoc⁷.

No ano 2000, os Estados-membros do Mercosul decidiram encarar uma nova etapa no processo de integração regional denominada "Relançamento do Mercosul", tendo como objetivo fundamental reforçar a União Aduaneira tanto em nível intracomunitário como no relacionamento externo.

Ao longo desses 14 anos, a questão arquivística tem sido periférica da estrutura do Mercosul. Do ponto de vista dos Estados que formam o Mercosul, a possível dimensão arquivística do chamado Mercado Comum do Sul não ficou até o momento evidenciada.

O Mercosul e a integração cultural

A estrita perspectiva de integração econômica do Mercosul começou a ser ampliada a partir de 1995, tocando outras dimensões da diversidade histórico-social dos países do grupo.

A questão da integração cultural vem sendo objeto da Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul a

³ Ata para a Integração Argentino-Brasileira que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) em 1986; Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), com vistas a consolidar o processo de integração envolvendo Brasil e Argentina; "Ata de Buenos Aires (6 de julho de 1990), firmada pelos governos do Brasil e Argentina; "Acordo de Complementação Econômica nº 14 assinado em dezembro de 1990, no âmbito da ALADI.

⁴ Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais, Reunião de Ministros da Justiça Reunião de Ministros da Educação, Reunião de Ministros da Cultura, Reunião de Ministros da Saúde, Reunião de Ministros da Agricultura, Reunião de Ministros do Trabalho.

⁵ SGT-1 (Comunicações), SGT-2 (Mineração), SGT-3 (Regulamentos Técnicos), SGT-4 (Assuntos Financeiros), SGT-5 (Transportes e Infraestrutura), SGT-6 (Meio Ambiente), SGT-7 (Indústria)

SGT-8 (Agricultura), SGT-9 (Energia), SGT-10 (Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social)

⁶ Reunião Especializada de Turismo e Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia

⁷ Grupo Ad Hoc sobre Aspectos Institucionais, Grupo Ad Hoc Mercosul-OMC, Grupo Ad Hoc Mercosul-ALADI, Grupo Ad Hoc sobre Serviços, Grupo Ad Hoc do Setor Açucareiro

partir de 1995. Esta Reunião contempla quatro Comissões Técnicas: Patrimônio, Indústrias Culturais, Redes de Informação e Capacitação. Nas missões de cada uma delas não se encontra nenhuma referência aos arquivos.

O II Encontro da Comissão Técnica do patrimônio, realizado em Montevidéu, nos dias 19 e 20 de outubro de 1995, apresenta como uma das recomendações,

"Conformar un Banco de Datos sobre Patrimonio que reuna en primera instancia, toda la información sobre museos, archivos, bibliotecas, centros culturales e instituciones nacionales y locales del patrimonio, seminarios, cursos, conferencias, investigaciones etc que se eventos, simposios, conferencias, investigaciones, que se realicen en los países integrantes del Mercosur y ubicar el mismo en la Casa del Mercosur de Colonia que deberá difundir la información recibida entre los representantes de los países citados".

Não encontramos na literatura e nos documentos aos quais tivemos acesso nenhuma referência quanto à existência deste banco de dados.

Durante a Reunión Técnica sobre Patrimonio Histórico - Arquitectónico del Mercosur Cultural, realizada em 17 e 18 de abril de 1995, em Asunción, sugeriu-se, no que toca a "Intercambio y relación con las Universidades", "Elaborar una lista de cursos, seminarios u otros eventos que se desarrollen en instituciones y centros de investigación de los países miembros, sobre: Bibliotecas, Museos, Archivos, Conservación, Restauración y temas afines". Tampouco obtivemos informações sobre esta iniciativa.

É, porém, o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, firmado em dezembro de 1996, em Fortaleza, que explicita, pela primeira vez, a dimensão arquivística, estabelecendo em seu artigo VI:

Os Estados Partes incentivarão a cooperação entre seus respectivos arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural, com vistas à harmonização dos critérios relativos à classificação, catalogação e preservação, para fins de criação de um registro do patrimônio histórico e cultural dos Estados Partes do Mercosul.

Esta trajetória tende a demonstrar-nos que o universo dos arquivos é contemplado na estrutura e no projeto de Mercosul, no máximo pelo viés do patrimônio histórico. E aparentemente, mesmo sob tal perspectiva, os arquivos parecem um tema periférico.

Para além da sua vocação como patrimônio cultural, os arquivos constituem recursos informacionais, desde a sua produção, ao longo de todo o ciclo vital para o desenvolvimento científico, tecnológico e aos direitos do cidadão. Neste sentido, a dimensão arquivística no Mercosul não apresenta ainda nenhum tipo de sistematização de propostas e ações como visualizamos no caso da União Européia.⁸

O Mercosul e a questão informacional

A dimensão informacional do Mercosul tem como uma das facetas mais evidentes a discussão sobre um projeto de Sociedade da Informação para a região. Tal perspectiva tem suas origens na Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECyT), instituída pela Resolução 24/92 da 5^a Reunião do Grupo do Mercado Comum (GMC). Seu objetivo é "realizar estudos com vistas a promover a integração das instituições de pesquisa e a formulação de diretrizes básicas relacionadas com as políticas científicas e tecnológicas do Mercosul."

Na 2^a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia, realizada de 26 a 28 de maio de 1993, foram criadas comissões temáticas nas seguintes áreas:

- sistemas de informações científico-tecnológicas;
- marco normativo de cooperação científico-tecnológica
- interconexão de redes de computação.

As diretrizes de trabalho para a Comissão Temática de Sistemas de Informação Científico-tecnológica levaram em conta diversos aspectos, entre os quais, destacamos "maximizar o uso de recursos, programas, entidades, produtos e serviços de informação já existentes nos respectivos sistemas nacionais de C&T". Claramente e equivocadamente, os arquivos tendem a não ser considerados parte da infra-estrutura de nacional de C&T. Como tal, seus serviços e produtos de informação não encontram-se contemplados na principal iniciativa de política de informação do Mercosul.

A proposta para um projeto comum de Sociedade da Informação para o Mercosul, encontra-se baseada na Proposta Brasileira e Argentina da Comissão Temática de Sistemas de Informação Científica e Tecnológica do Mercosul.

Em janeiro de 1999, foi realizado um Encontro Especializado em Ciência e Tecnologia entre Argentina e Brasil com vistas a apresentar à Comissão Temática de Sistemas de Informação Científica e Tecnológica o documento "Elementos para um projeto: Sociedade da Informação: conteúdos informacionais - Uma proposta para o Mercosul". Este documento apresenta diversas razões para a adoção do Projeto Sociedade da Informação, dentre as quais destacamos:

- *"Efetivamente pode-se dizer que grande parte da população no MERCOSUL não participa das questões públicas por desconhecimento de seus direitos e deveres na sociedade. Para participar é necessário estar informado. Uma política mais agressiva deveria ser desenvolvida neste setor para que os cidadãos tenham acesso à informação."*

Ora, tanto no plano teórico quanto político-gerencial é uma evidência histórica que a transparência do Estado e o uso social da informação governamental não são possíveis sem políticas arquivísticas. No entanto, o projeto sociedade da informação ignora esta dimensão. Além disso, outros argumentos são mencionados, cujos teores incluem certamente todos os aspectos da gestão e uso da informação arquivística. Entre outros, ressaltamos:

⁸ "Los archivos en La Unión Europea: informe del grupo de expertos sobre los problemas de coordinación en materia de archivo", publicado pela Secretaria Geral da Comissão Européia em 1994.

- “Deve-se levar em conta o fato que a informação não pode ser abordada apenas pela quantidade ou a rapidez com que ela é transmitida, deve ser considerada fundamentalmente na sua dimensão qualitativa. Que tipo de informação é gerada, estocada, transmitida e manipulada com o advento da revolução informacional?”
- A tecnologia da informação pode ser usada como veículo para ajudar a eliminar desigualdades sociais e econômicas. As ferramentas das tecnologias da informação e suas aplicações podem oferecer oportunidades que transcendem barreiras de raça, gênero, deficiência, idade, capacidade financeira e lugar;
- A preocupação de estabelecer diretrizes para a construção de políticas de informação como estratégia de inserção dos países do MERCOSUL na Sociedade da Informação ou nova era mundial pode evitar a formação de um mundo que separe os Países e segmentos sociais entre ricos e pobres em informação onde possam surgir sociedades limitadas ou ilhadas em termos de acesso e uso de informação;
- Essas políticas deveriam valorizar, nacionalmente, a importância do investimento intangível. Desenvolver através de políticas da informação, o consenso entre educação, desenvolvimento tecnológico e abertura comercial. Muito embora, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável essa convergência ocorra, deve ser explicitada com clareza, com estratégias e ações.”

Em maio de 1999 é elaborado pela Comissão o documento “Resumo Executivo. Projeto: Sociedade da Informação: conteúdos informacionais. Uma proposta para o Mercosul”⁹.

O conceito de sociedade da informação que orienta esta proposta relaciona-o ao conceito de desenvolvimento econômico e social sustentado. A Sociedade da Informação é considerada “o resultado de novos paradigmas e provoca um conjunto significativo de mudanças de enfoque no âmbito das sociedades e suas organizações, onde:

- 1) A informação constitui a principal matéria prima;
- 2) O conhecimento atua na agregação de valor a produtos e serviços;
- 3) A tecnologia constitui um elemento vital para as mudanças;
- 4) O tempo e a qualidade constituem fatores decisivos de competitividade”

Sociedade da Informação é definida como “qualquer conglomerado humano cujas ações de sobrevivência e desenvolvimento estejam baseadas predominantemente num intenso uso, distribuição, armazenamento e criação de recursos de informação e conhecimentos, mediados pelas novas tecnologias de informação e comunicação”.

Ao analisar a “Indústria e Serviços de Conteúdo”, a proposta reconhece que esta tende ser associada à geração de conhecimentos.

“A indústria da informação é definida como aquela que inclui todos os segmentos ou atividades relacionadas com a produção de recursos de informação – processamento e reprocessamento, organização, armazenamento e recuperação da informação – que se operam com fins lucrativos ou não. Os segmentos ou atividades relacionados com a produção de conhecimentos – disseminação, acesso, uso e assimilação da informação, são chamados de indústria de transferência de informação. Indústria e serviço de conteúdo (edição impressa e eletrônica, multimídia, áudio, vídeo), produtores de bases de dados, produtores de programas para diferentes mídias, agência de propriedade intelectual/industrial, serviços de entretenimento, serviços de informação (bibliotecas, arquivos, museus convencionais, digitais e virtuais, agências noticiosas, serviços remotos de informação mediados por telefone, fax e/ou computador, distribuição e comércio de documentos, dados e informações)”.

Temos finalmente uma referência aos arquivos. Em seguida, com base em estudos da Comissão Europeia, o documento aborda a área de conteúdo, definido como “dados, texto, som, imagem ou combinações multimídia dos mesmos, representados em formato analógico ou digital em diversos suportes, como sejam papel, microfilmes, memória magnética ou óptica”. Uma definição bastante familiar ao campo arquivístico, como podemos constatar.

O projeto de Sociedade da Informação para o Mercosul busca contemplar:

- 1) A infra-estrutura existente da indústria de serviços de conteúdo de informação;
- 2) As instituições produtoras e provedoras de informação;
- 3) Os produtos de informação;
- 4) As políticas ou indícios de políticas setoriais e de informação; e
- 5) As demandas dos usuários de informação.

Propõe que “cada país, de acordo com as suas próprias diretrizes estratégicas, deverá ainda precisar quais setores e sub-setores que privilegiará para o desenvolvimento de seus estudos”, tendo como fórum de discussão a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECYT), responsável pela formulação das diretrizes gerais dos projetos científico-tecnológicos conjuntos do MERCOSUL. Face ao exposto, fica evidente que este é o projeto mais articulado sobre a questão informacional no âmbito do Mercosul, tanto quanto é possível ressaltar a exclusão do campo arquivístico na proposta. A exclusão dos arquivos se dá no débil reconhecimento da informação arquivística como recurso fundamental em qualquer proposta de Sociedade da Informação e na aparente ausência das instituições arquivísticas nacionais neste processo de discussão. Vale observar, porém, que não há evidências de que este projeto tenha sido viabilizado.

⁹ A Comissão da Sociedade da Informação da RECYT desenvolve o Observatório da Sociedade da Informação do MERCOSUL : <http://www.recyt.org>. Acesso em 12 dez 2005

Considerações finais:

Apesar da escassa literatura a respeito, podemos considerar que aparentemente nenhum dos países do Mercosul dispõe hoje de uma política nacional de informação e uma política nacional de arquivos àquela relacionada. Essa constatação não ignora os enormes esforços e progressos já alcançados neste sentido pelos diversos agentes do campo informacional e arquivístico: instituições arquivísticas, universidades, associações profissionais, etc. Tampouco ignoramos a histórica periferização desde setor na agenda política dos governos latino-americanos em geral.

Sendo o Mercosul um projeto econômico e político de Estados que historicamente não têm contemplado ou mesmo têm negligenciado a informação arquivística em seus diversos atributos, seria surpreendente que contássemos hoje, neste plano, com uma situação favorável.

O “Mercosul arquivístico” tem como referência fundamental os Congressos de Arquivologia do MERCOSUL. Apesar do apoio e participação de atores estatais, esses congressos derivam especialmente de iniciativas de coletivos profissionais da Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, ou seja, setores organizados das sociedades desses países. Tais Congressos evidenciam, sem dúvida, o desejo dos profissionais de arquivologia dos países do Mercosul se reconhecerem numa dimensão transnacional. É absolutamente saudável que os coletivos profissionais coordenem essa iniciativa. No entanto, as iniciativas decorrentes desses Congressos não se refletem na estrutura organizacional do Mercosul.

É necessário que determinadas ações relativas ao campo arquivístico sejam assumidas como projetos e políticas na estrutura do Mercosul. Para isso, a comunidade arquivística do Mercosul deve congregar-se em torno de alguns pontos básicos a serem propostos às instâncias de coordenação política como o Conselho do Mercado Comum. Tais pontos, entre outros, são:

- ampliação das ações envolvendo os arquivos no âmbito do Projeto Mercosul Cultural
- representação na Comissão Temática de Sistemas de Informação Científica e Tecnológica da Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECYT);

Essas iniciativas poderiam contribuir para maior visibilidade dos arquivos seja nas políticas do Mercosul em termos de integração cultural quanto no que se refere aos aspectos informacionais.

Enquanto iniciativas desta natureza não ocorrerem, veremos a questão arquivística periferizada na estrutura do Mercosul.

Uma das ações iniciais desse Grupo de Trabalho na estrutura do Mercosul, voltado para a questão arquivística, seria efetivamente contemplar a questão das políticas nacionais de arquivos dos países membros. No mínimo, é preciso reconhecer o estado da questão a respeito, ou seja:

- Algum desses países considera que dispõe efetivamente de uma política nacional de arquivos?
- Que princípios norteiam esta política?
- Quais as instâncias e agentes que participam na definição e avaliação dessas políticas?
- Quais as relações entre a política nacional de arquivos e o sistema nacional de arquivos, no caso da existência deste?

- Qual a composição do sistema e a função das suas diversas partes?
- Quais as relações entre a política nacional de arquivos e outras políticas públicas de informação no país?

Como não há políticas públicas de informação e, especificamente de informação arquivística, sem conhecimento, outras questões se colocam. Entre elas, a harmonização das estratégias de formação do arquivista e a ampliação e produção e difusão do conhecimento arquivístico no Mercosul.

Referências Bibliográficas

- COUTURE, Carol; Lajeneusse, Marcel. *Législations archivistiques et politiques nationales d'archives: étude comparative d'impact*. Montréal: Université de Montréal, 1991.
- DELMAS, B.; D'olier, J.H. *La Planification des Infrastructures Nationales de Documentation de Bibliothèques et d'archives: esquisse d'une politique générale*. Paris: UNESCO, 1974.
- CRUZ -Ramos, Rosalba; Zetter-Leal, Julio. Las politicas de información de la UNESCO y su repercusion en America Latina. *Rev. Esp. Doc. Cient.* Madri, v.15, n.4, p. 340-358, 1992.
- IDCIT. Documentos de trabajo. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE INFORMACIÓN. 1992, La Habana. Disponível em: <http://infolac.ucol.mx/>. Acesso em: 12 ago 2005
- JARDIM, José Maria. O problema dos arquivos administrativos na América Latina. In: SEMINÁRIO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, 1, 1991, Santiago do Chile.
- JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1995.
- JARDIM, José Maria. *Transparéncia e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EdUFF, 1999.
- MEJÍA, Myriam. Memorias de lo visible. *Revista da Asociación Latinoamericana de Archivos*, Bogotá, n.20.
- MERCOSUL. RECYT. Comissão Temática de sistemas de Informação Científica e Tecnológica. Sociedade da Informação. *Sociedade da Informação: conteúdos informacionais. Uma proposta para o Mercosul*. (Versão Preliminar). Jan. 1999. Disponível em: http://www.ibict.br/ct_sict/ Acesso em: 12 jan 2000
- MERCOSUL. RECYT. Comissão Temática de sistemas de Informação Científica e Tecnológica. Sociedade da Informação Resumo Executivo. *Projeto: sociedade da Informação: conteúdos informacionais. Uma proposta para o Mercosul*. Maio, 1999. Disponível em: http://www.ibict.br/ct_sict/ Acesso em: 12 jan 2000
- MOLINO, Enzo. *Políticas de información en América Latina y el Caribe: estudio en siete países de la región*. Disponível em: <http://infolac.ucol.mx/> Acesso em: 14 jan 2002
- MONTVILLE, Victor. *Politiques nationales de l'information*. Manuel concernant la formulation, l'approbation, la mise en oeuvre et l'action d'une politique nationale de l'information. Paris: UNESCO, 1990.